

GUERRA ALHEIA: A RELAÇÃO DOS LIBERAIS SUL-RIO-GRANDENSES COM O GOVERNO IMPERIAL EM MEIO AO CONFLITO CONTRA O PARAGUAI

OTHER PEOPLE'S WAR: THE RELATIONSHIP BETWEEN LIBERALS FROM RIO GRANDE DO SUL AND THE IMPERIAL GOVERNMENT IN THE MIDST OF THE CONFLICT AGAINST PARAGUAY

GUERRA DE OTRAS PERSONAS: LA RELACIÓN ENTRE LOS LIBERALES DEL RÍO GRANDE DEL SUR Y EL GOBIERNO IMPERIAL EN MEDIO DEL CONFLICTO CONTRA EL PARAGUAY

Wagner Cardoso Jardim*

Resumo: A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai literalmente bagunçou a província do Rio Grande do Sul. A província forneceu grande contingente de homens, foi base de operações e foi invadida por forças paraguaias. No seu princípio, com a invasão ao Uruguai, as classes proprietárias do setor criador/charqueador da província, que exigiram do governo imperial a invasão aquele país, se deleitaram com os acontecimentos. Resolvida essa questão, os setores oligárquicos sulinos iniciaram oposição ao conflito, passando, inclusive, a boicotá-lo. No campo político institucional, os liberais, representantes políticos daquele setor, aumentaram a crítica ao governo central e esse, por sua vez contra-atacou suspendendo as eleições no Rio Grande do Sul e aumentando ainda mais o clima hostil ali criado. É o que buscamos analisar nesse artigo.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai. Liberais. Rio Grande do Sul.

Resumen: La Guerra de la Triple Alianza contra Paraguay literalmente arruinó la provincia de Rio Grande do Sul. La provincia proporcionó un gran contingente de hombres, fue la base de operaciones y fue invadida por las fuerzas paraguayas. En un principio, con la invasión de Uruguay, las clases que poseían el sector provincial de cría / charqueador, que exigía al gobierno imperial que invadiera ese país, quedaron encantadas con los acontecimientos. Una vez que se resolvió este problema, los sectores oligárquicos del sur comenzaron a oponerse al conflicto, incluso comenzaron a boicotearlo. En el campo político institucional, los liberales, representantes políticos de ese sector, aumentaron sus críticas al gobierno central y esto, a su vez, se contrarrestó suspendiendo las elecciones en Rio Grande do Sul y aumentando aún más el clima hostil creado allí. Esto es lo que buscamos analizar en este artículo.

Palabras clave: Guerra del Paraguay. Liberales. Rio Grande del Sur

Abstract: The Triple Alliance War against Paraguay literally messed up the province of Rio Grande do Sul. The province provided a large contingent of men, was the base of operations and was invaded by Paraguayan forces. In its beginning, with the invasion of Uruguay, the classes that owned the provincial breeding / charqueador sector, which demanded the imperial government to invade that country, were delighted with the events. Once this issue was resolved, the southern oligarchic sectors began to oppose the conflict, even starting to boycott it. In the institutional political field, the liberals, political representatives of that sector, increased their criticism of the central government and this, in turn, countered by suspending the elections in Rio Grande do Sul and further increasing the hostile climate created there. This is what we seek to analyze in this article.

Keywords: War of Paraguay. Liberals. Rio Grande do Sul

Desde antes da independência política do Brasil, em 1822, as classes proprietárias regionais das diversas capitanias, almejavam maior autonomia em relação ao centro político, então sob hegemonia lusitana e luso-brasileira. Desde então, os setores econômicos que apoiaram a ruptura com Portugal e que sustentaram o governo de Pedro 1º, em especial os proprietários rurais escravistas nascidos nessas terras, alimentavam a esperança de, além da manutenção da instituição escravidão, um maior poder para as oligarquias regionais.

O século 19 foi marcado – do ponto de vista da política interna – pelo crescimento da tensão entre o centro administrativo e o aumento do poder das elites regionais. As modificações estruturais causadas pela vinda da Família Real (1808) e pela Independência política do Brasil (1822) evidenciou ainda mais o choque entre o centralismo e o federalismo. Nesse contexto teve lugar “a luta violenta que as elites oligárquicas travam entre si na busca pela definição do caráter do Estado Nacional”. (CARNEIRO, 2000, p.61)

Em 1834, com Pedro 1º já de volta à Portugal, a pressão das classes proprietárias locais surtira efeito sobre o governo da Regência. Naquele ano, foi publicado o Ato Adicional à constituição, conferindo um pouco de poder político às oligarquias provinciais. (PICCOLO, 1979, p.98) Poder aquele que continuava limitadíssimo, visto que, por exemplo, o presidente da província, de caráter executivo, era nomeado pelo partido que presidisse o Conselho de Ministros. Ou seja, o governo central era quem, de fato, governava as províncias. Isso, ao longo do tempo acarretou

graves crises, sobretudo em províncias onde a assembleia legislativa era hegemonizada por partido adversário àquele que comandava o Império. No Rio Grande do Sul, houve crises sérias, inclusive desfechando no irrompimento da Revolução Farroupilha.

Autonomia limitada

Há apenas poucos anos da investida liberal, o “barco” do Império voltara a navegar no mar do conservadorismo e da centralização política. Em 1840, as legislações provinciais precisavam passar pela interpretação da Câmara dos Deputados e, em 1841, as assembleias perderam a prerrogativa de indicar o vice-presidente da província.

O cenário político e econômico que se estruturou durante o Segundo Império não foi interessante para os objetivos das elites periféricas, considerando o centro desse esquema as elites agroexportadoras do eixo sudeste nordeste, amplamente beneficiadas. Essa configuração centralista não foi uma invenção do Império. Ele herdou essa estrutura do período colonial, onde quem figurava como eixo central era a coroa portuguesa, com a exclusividade de comércio com a Colônia.

Sem muito a oferecer nesse esquema voltado à exportação, as elites periféricas que rodeavam o círculo do poder, estiveram afastadas não só de uma participação mais ativa na esfera econômica, mas, sobretudo, afastadas do poder político. Essas elites foram alijadas das principais decisões políticas, mesmo as que lhes diziam respeito de forma direta. Não que, durante a fase colonial, as oligarquias do nordeste fossem protagonistas. Naquela ocasião, eram tão marginalizadas quanto o fariam ser posteriormente as demais no Império.

Mesmo fazendo parte da estrutura político e econômica do Estado, contribuindo de certa forma com o modelo exportador com o fornecimento de bens e insumos para sua sustentação, as oligarquias periféricas eram excluídas das decisões políticas. O bloco oligárquico hegemônico nesse momento estava concentrado no Rio de Janeiro, centro político e econômico do Império. Das províncias interioranas ressoavam os descontentamentos com o controle do poder político. Aos senhores do poder do Rio de Janeiro caberia definir o grau de autonomia que entregaria àquelas.

Descontentamento das oligarquias periféricas

Às elites centrais, parecia fora de questão alguma espécie de divisão do poder que tinham nas mãos. Das periferias políticas vinham insatisfações cada vez mais aquecidas no fogo da revolta. A não participação política e, por conseguinte econômica,

trazia profundo descontentamento às elites provinciais que responderam ao longo da primeira metade do século 19 com armas em mãos. A resposta foi na mesma medida. O recurso da força demonstrava o quanto as elites centralizadoras não desejavam a partilha do “pão”.

Nas diversas províncias periféricas, as elites levantaram-se contra o centralismo político. No Rio Grande do Sul, os liberais, que eram, majoritariamente, de setores proprietários da oligarquia rural, seriam os responsáveis por encampar a luta contra o poder central. Para Newton Carneiro, essa centralização foi responsável pelo surgimento dos regionalismos políticos em maior ou menor grau nas províncias periféricas do Império. (CARNEIRO, 2000, p.73) Para o autor, foram os estratos oligárquicos centrais que, de posse do poder político e controle administrativo, dominaram o processo de construção do Estado Nacional brasileiro.

Cada província tratou da questão da centralidade sob a óptica das suas elites locais, de forma distinta, levando em consideração a especificidade do lugar. O Rio Grande do Sul é um caso singular nesse processo. E o que o tornara diferente? A fronteira. A profunda ligação histórica, cultural e econômica com a fronteira, sobretudo com o Uruguai, fizera o processo de contestação ao poder das elites centrais, manejado pela oligarquia sul-rio-grandense e conduzido no seio do partido Liberal, ganhar contornos próprios. Os interesses econômicos de parte da classe proprietária sul-riograndense no prata poderia ora aproximar ora afastar centro e periferia. Para Tau Golin, “o Império e a oligarquia sul-rio-grandense somente poderiam obter algum sucesso no Prata, e particularmente na Banda Oriental, se operassem, em momentos de crise, em confluência que criassem espaços de unidade”. (2002, p.54)

No Rio Grande do Sul, desde a independência, a hegemonia política era dos setores liberais, que tinha sua expressão social na classe proprietária da campanha rio-grandense. Em 1835, quando da instalação da assembleia legislativa, a maior parte dela era composta do que chamava de farroupilhas, liberais ou exaltados. Enquanto a ala opositora eram os conservadores ou caramurus. (PESAVENTO, 1992, p.23) Aqueles termos era utilizados quase sempre de forma pejorativa; ao longo do Império, as denominações que identificavam conservadores e liberais era: Saquarema (cidade do interior do Rio de Janeiro, onde moravam diversos conservadores) e Luzias (em referência a cidade mineira de Santa Luzia, destacada na revolta liberal de 1842).

Forças políticas na província do Rio Grande do Sul

Até a metade do século 19, a nível imperial, o Partido Liberal fora fraco em comparação ao seu antagonico, Partido Conservador. Na província, após a Revolução Farroupilha, os liberais estavam enfraquecidos, enquanto os conservadores, em 1848, embalados com a subida ao poder, no Império, fundaram o partido. Por longos anos, na província, assim como no cenário imperial, os liberais e os conservadores se digladiaram pelo controle político, com ampla vantagem para os primeiros, que controlaram, durante longos períodos, a Assembleia Legislativa.

Em 1852, no governo central dominavam os *saquaremas*; no Rio Grande do Sul, houve uma rearticulação política, ensejando fusão entre setores liberais e setores conservadores. Pedro Fernandes Rodrigues Chaves, barão de Quaraí, líder conservador e Israel Rodrigues Barcellos, chefe liberal, fundaram a “Liga”, hegemonizada pelos conservadores. Era uma estratégia política para afastar concorrentes do jogo político e tinham como pano de fundo fazer o “melhor” pela província. (PICCOLO, 1979, p.101) Era a versão da época do despolitizante discurso de *meu partido é o Rio Grande*, em voga no Rio Grande do Sul, nas campanhas eleitorais de 2014 e 2018.

Também em 1852, membros dos dois partidos que não haviam se coligado fundaram a Contra-Liga, sob domínio liberal e de onde surgira o Partido Liberal Progressista. A Contra-Liga foi fundada pelo desembargador Luís Alves Leite de Oliveira Bello. Logo, o principal líder dos progressistas passou a ser o barão de Porto Alegre; a facção era heterogênea e sem princípios políticos rigidamente definidos. A liderança de Manuel Marques de Souza no Partido Progressista ocorrera numa época em que ao Império interessava – tendo em vista suas aspirações na região platina -, se não a unidade política, praticamente impossível, pelo menos a diminuição da tensão interna, sobretudo no Rio Grande do Sul, província fundamental, do ponto de vista estratégico e militar para as ações no Prata.

A vez dos progressistas

Logo, os progressistas conheceram enorme sucesso político, em especial pela desorganização de setores liberais históricos ou puros. O domínio conservador da presidência da província contribuíra para o crescimento progressista, na mediada em que deprimia o apoio aos liberais. Em 1857, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, conservador, foi nomeado presidente da província do Rio Grande do Sul. Em seu

governo, evidenciou-se os atritos e perseguições aos liberais, contribuindo para o fim da conciliação. Nessa época, houve a aproximação entre uma facção dos progressistas, liderada pelo barão de Porto Alegre, que se aproximava ao presidente da província conservador, conhecida como baronista.

No início dos anos 1860, o Partido Liberal Histórico se reorganizou no Rio Grande do Sul. Esses setores eram contra a formação de ligas, invocavam os princípios do liberalismo político e desejavam impor-se na cena política nacional. A principal liderança dos liberais puros era Félix Xavier da Cunha [1833-1865], jornalista, escritor e advogado de Porto Alegre. Com a morte de Félix da Cunha, a liderança do partido passou à Manoel Luiz Osório e, mais tarde, à Gaspar Silveira Martins [1835-1901]. Entre essas lideranças estava também Carlos von Koseritz, jornalista de origem alemã que, mais tarde, fazia duras críticas ao prosseguimento da guerra contra o Paraguai, nas páginas de seu jornal voltado à comunidade de língua germânica. (MAESTRI, 2010, p.192)

Se, no Rio Grande do Sul, desde inícios da década de 1850, verificou-se a formação das ligas, a nível de Império, somente no início dos anos de 1860, se dera esse processo. (CALÓGERAS, s/d, p.333) A política interna viu surgir dissensões no seio dos partidos Liberal e Conservador. Dessas dissensões nasceram as “Ligas”, grupos que dentro daqueles partidos estavam descontentes com a orientação que eles assumiam, mas não dispostos a migrar radicalmente para o partido oposto, formavam uma terceira via, um meio termo. Em 1862, no Rio de Janeiro, fundou-se a Liga Progressista, com integrantes dos conservadores moderados e de liberais. (CALÓGERAS, s/d, p.333) Alguns dos mais destacados progressistas foram: Zacarias, Nabuco de Araújo e José Antônio Saraiva.

Liberais Históricos

As alianças eram a novidade política no centro do Império; no Rio Grande do Sul, começavam as contestações a elas. Os liberais históricos se opunham às coligações, empreendendo dura oposição aos administradores provinciais por ela nomeada. (PICCOLO, 1979, p.104) Nas eleições de 1862, os liberais históricos foram maioria na assembleia legislativa e fizeram dura oposição ao governo provincial, em especial a Esperidião Barros Pimentel, conservador. É bom lembrar que, nessa época, os acordos com o Uruguai já haviam vencido e a classe proprietária riograndense iniciara processo

de contestação ao governo legítimo uruguaio. Por sua vez, o governo imperial, comandando pelos conservadores mantinha-se *neutro* naquela questão, recomendava, inclusive que os fazendeiros sulinos fizessem o mesmo.

Os liberais queriam definitivamente consolidar-se como principal agremiação política da província. Em 1863, o Partido Liberal expôs um manifesto à província contendo o seu programa político, ou seja, seus princípios políticos e ideológicos. Ali, defendiam entre outras coisas “a responsabilidade dos ministros, a temporariedade do Senado, a eleição direta, a representação da maioria, a independência da magistratura, a liberdade individual, a defesa da propriedade, o serviço militar obrigatório, a descentralização administrativa e a reforma das municipalidades”. (PICCOLO, 1979, p.103) Tratava-se claramente de um programa de ideologia liberal. Vejamos, no entanto, que esse programa não defendia a abolição da escravatura. Era um liberalismo no campo econômico e administrativo, mas um conservadorismo social.

A defesa incondicional daqueles preceitos, como arma política, levou o Partido Liberal a entrar em constantes atritos com as demais agremiações políticas. Atritos aqueles que levaram seus correligionários a serem preteridos, por longos anos, a cargos administrativos ligados ao governo central, onde se revezavam as ligas e os conservadores, majoritariamente.

Em 1864, houve nova dissidência. Os liberais que atuavam no Partido Liberal Progressista romperam com a agremiação e se ligaram aos históricos. Nessa época, as lideranças liberais-progressistas eram Felipe Nery, Barão de Porto Alegre e Pinheiro Machado. Em 1868, houve novo rearranjo político na província. O Partido Conservador puro ressurgiu e houve reaproximação entre os liberais históricos e progressistas, fundando-se o novo Partido Liberal. (PICCOLO, 1974) Isso levou a um esvaziamento do Partido Liberal-Progressista, que perdera adeptos tanto para os liberais quanto para os conservadores históricos.

Administração da província no conturbado período de conflito

No Império, os presidentes de província eram escolhidos pelo presidente do Conselho de Ministros, o equivalente ao poder executivo, que por sua vez era escolhido pelo monarca, de costume, dentre os senadores ou presidentes de partidos. (IGLESIAS, p.3) Os nomeados eram homens vinculados diretamente ao gabinete; com isso, a estrutura administrativa, judicial e eleitoral, nas províncias, ficava sob controle ou

tensionamento direto e indireto do governo central. (CARNEIRO, 2002, p.142) O presidente provincial só não tinha controle sobre a Marinha e sobre a nomeação do chefe de polícia, escolhido diretamente pelo poder central. Isso, tinha sentido político. Caso o presidente nomeado precisasse se ausentar por um período ou mesmo no lapso entre a saída de um presidente e a chegada de outro, o governo local poderia recair sobre um vice-presidente simpático à oposição. Com aquela medida centralista, ele estaria impedido de trocar o chefe da polícia, o que poderia representar perigo à ordem centralista. (CARNEIRO, 2002, p.143) Os demais órgãos e instituições do Estado imperial poderiam ser direta ou indiretamente afetados pelas decisões do presidente provincial.

O Rio Grande do Sul, em geral e o Partido Liberal, em particular destacaram-se na disputa pela descentralização política, que atendesse aos anseios das classes proprietárias provinciais, sufocadas pelo centralismo imperial. O regionalismo riograndense poderia ser facilmente identificado geográfica e politicamente. A região da Campanha – lugar das grandes estâncias e fronteira com o Uruguai – era o centro físico e o Partido Liberal, o centro político desse regionalismo. Isso, no entanto, não impediu que outros partidos, inclusive o Conservador, teoricamente antagônico à descentralização, utilizassem esse mesmo expediente político.

Essa realidade demonstra que o regionalismo fora, antes de tudo, uma preocupação das elites econômicas do que de um partido. Esse fenômeno fora amplamente utilizado pelos ideólogos das classes proprietárias para forjar um apoio geral à causa *riograndense*. A superestrutura decorrente daquele modelo de sociedade se notabilizou não só nas manifestações políticas institucionais, representadas pela ação no parlamento, mas em um complexo arranjo ideológico que tinha nos jornais partidários a sua principal forma de externalizar a concepção de mundo elitista regional. Na assembleia e nos jornais da província, os liberais amplificaram o discurso de que o Rio Grande do Sul era perseguido pelo Império; enaltecia-se a coragem dos farrapos pelo enfrentamento daquela situação, na década de 1835-45. Eram as bases para, mais tarde, erguerem-se as fantasiosas narrativas do heroísmo riograndense contra o agressor; do mito fundador do Rio Grande do Sul...

No período do conflito entre o Império e o Uruguai e depois o Paraguai – considerando nessa cronologia a intervenção não oficial de grupos armados sulinos no

Uruguai, o gabinete imperial fora hegemonizado pelos liberais-progressistas. Portanto, as nomeações para as presidências das províncias estavam em consonância com as convicções políticas de quem chefiava o ministério do Império. Em 1º de janeiro de 1863, Espiridião Eloy de Barros Pimentel [1824-1906] assumiu o comando da província do Rio Grande do Sul. Durante seu governo, a orientação do governo imperial, comandado por Pedro Araújo Lima, marquês de Olinda, então nas fileiras do Partido Liberal Progressista, era de que se mantivesse a *neutralidade* nas questões com o Uruguai, e que se coibisse a participação de súditos imperiais na política interna daquele país.

Parte da classe proprietária da região fronteira, no entanto, desobedecera abertamente a tal orientação. Já durante o seu governo, fazendeiros rio-grandenses apoiariam e financiariam a luta de Venâncio Flores contra o governo constituído do país vizinho. Barros Pimentel durou pouco mais de um ano no comando da província, deixando-o em 29 de março de 1864, quando, no governo do Império, figurava Zacarias de Góis e Vasconcelos, também da Liga Progressista, mas de viés conservador.

Presidente interino

No intervalo de tempo entre Eloy de Barros Pimentel e o seu sucessor oficial, a presidência fora governada interinamente pelo vice-presidente, Patrício José Correia da Câmara [1798-1865], filho homônimo do 1º visconde e barão de Pelotas e tio de José Antônio Corrêa da Câmara [1824-1893], o general Câmara, que lutou até o fim da guerra contra o Paraguai. Ao longo de sua carreira política, José Patrício assumiu por onze vezes a presidência interina da província, na condição de vice-presidente. Em 2 de maio de 1864 a presidência da província recaiu sobre João Marcelino de Souza Gonzaga. Em 31 de agosto de 1864, com Francisco José Furtado no comando do gabinete imperial, João Marcelino, nomeado pelo antecessor, também Liberal-Progressista, permaneceu no cargo, certamente pelo bom trânsito que tinha, até então, com os liberais da província. Resistiu a nova mudança de ministério, em 12 de maio de 1865, cerca de um mês antes da invasão da província, com o comando Pedro de Araújo Lima, também progressista.

Quando da invasão da província e, por conta dela, a administração de João Marcelino fora mais exigida e suas medidas, cumprindo ordens do governo central colidira com os interesses de pessoas influentes na província, ele passou a ser

fortemente contestado. A péssima atuação de João Marcelino na crise provocara a sua retirada do comando da província. Em seu lugar fora nomeado, em 20 de julho de 1865, Francisco do Rego Barros, visconde de Boa Vista. Pouco menos de nove meses depois, eleito senador do Império, Rego Barros deixou o cargo, retirando-se para a Corte.

Em 16 de abril de 1866, Antônio Augusto Pereira da Cunha, 2º vice-presidente, assumiu interinamente a presidência da província do Rio Grande do Sul até a nomeação de um novo presidente. Nesse meio tempo o fazendeiro, do hoje território sergipano Antônio Coelho de Sá e Albuquerque foi nomeado, mas não assumiu, o que ensejou a permanência de Antônio Augusto no cargo. Em 22 de janeiro de 1867, ainda na condição de presidente em exercício da província do Rio Grande do Sul, Antônio Augusto Pereira da Cunha entregou o cargo a Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, nomeado por carta imperial de 27 de dezembro do ano anterior. Homem de Mello foi o escolhido do governo imperial para governar uma província em que setores da classe proprietária e dos liberais estavam em rota de colisão com o governo central, em especial, devido as insatisfações com o rumo da guerra e pelas consequências dela na economia do Rio Grande do Sul.

Em 13 de abril de 1868, Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, então eleito para um mandato na câmara temporária do Império, passou a presidência da província para o então 1º vice-presidente Joaquim Vieira da Cunha. No mesmo ano, em 14 de julho, Vieira da Cunha passou o comando da província para o marechal de campo Guilherme Xavier de Souza. Dezoito dias após assumir o cargo, novamente a província do Rio Grande do Sul conheceria novo presidente. Em 1º de agosto de 1868, com o Império já sob controle dos conservadores, com Joaquim José Rodrigues Torres, que governou de 16 de julho de 1868 a 29 de setembro de 1870, após ser exonerado do cargo, Guilherme Xavier de Souza apresentou relatório passando o governo da província para Israel Rodrigues Barcellos, 1º vice-presidente.

Não demorou

Em 16 de setembro foi a vez de Israel Rodrigues passar o cargo para Antônio da Costa Pinto Silva. Em 24 de abril de 1869 foi exonerado do cargo para assumir uma cadeira na Câmara temporária do Império e em 20 de maio de 1869 reassumiu a presidência da província do Rio Grande do Sul Israel Rodrigues Barcellos. Não durou muito a presidência interina do primeiro-secretário. Em 14 de junho daquele ano, João

Sertório assumia o poder na província. Nela ficou pouco mais de um ano e dois meses da qual foi também exonerado, em 29 de agosto de 1870, quando o conflito com o Paraguai já estava encerrado.

A mudança do presidente da província não significava apenas a troca do governante, mas de toda uma estrutura administrativa a ele atrelada. Nomeações nos corpos de polícia, nas administrações provinciais e mesmo sua relação com a Guarda Nacional sofriam modificações dependendo do partido que estava no poder. As nomeações eram feitas, obviamente, em função das inclinações políticas dos indicados.

Tabela 1 - Presidentes da província durante o conflito

Nome	Início	Fim	Condição	Gabinete imperial
Esperidião de Barros Pimentel	1º/01/1863	29/03/1864	Nomeado por carta imperial	Pedro Araújo Lima (LP) (30/05/62-15/01/64); Zacarias de Góis e Vasconcelos (LP)
Patrício José Correia da Câmara	29/03/1864	02/05/1864	Era vice presidente.	Zacarias de Góis e Vasconcelos (LP)
João Marcelino de Sousa Gonzaga	02/05/1864	20/07/1865	Nomeado por carta imperial	Zacarias de Góis e Vasconcelos (LP) (até 31/08/64); Francisco José Furtado (LP) (até 12/05/65) e Pedro de Araújo Lima (LP)
Francisco do Rego Barros Conde de Boa Vista	20/07/1865	14/04/1866	Nomeado por carta imperial	Pedro de Araújo Lima (LP)
Antônio Augusto Pereira da Cunha	16/04/1866	21/01/1867	Nomeado por carta imperial	Pedro de Araújo Lima (LP) (até 03/08/66) e Zacarias de Góis e Vasconcelos (LP)
Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo	22/01/1867	13/04/1868	Nomeado por carta imperial	Zacarias de Góis e Vasconcelos (LP)
Joaquim Vieira da Cunha	13/04/1868	14/07/1868	Era vice presidente	Zacarias de Góis e Vasconcelos (LP)
Guilherme Xavier de Sousa	14/07/1868	1º/08/1868	Nomeado por carta imperial	Zacarias de Góis e Vasconcelos (LP) (até 16/07/68) e Joaquim José Rodrigues Torres (C)
Israel Rodrigues Barcelos	1º/08/1868	16/09/1868	Era vice presidente	Joaquim José Rodrigues Torres
Antônio da Costa Pinto e Silva	16/09/1868	20/05/1869	Nomeado por carta imperial	Joaquim José Rodrigues Torres
Israel Rodrigues Barcelos	20/05/1869	14/06/1869	Era vice presidente	Joaquim José Rodrigues Torres
João Sertório Barão de Sertório	14/06/1869	29/08/1870	Nomeado por carta imperial	Joaquim José Rodrigues Torres (até 29/09/70)

Fonte: Com base em: LISTA dos governadores do Rio Grande do Sul. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_governadores_do_Rio_Grande_do_Sul

O historiador Sérgio Buarque de Holanda em seu referencial livro *História geral da Civilização brasileira*, referindo-se às rotineiras trocas de ministérios durante o

governo imperial, destacou que nas províncias ocorria certo agitação social com essas mudanças que trocaram inclusive os presidentes. Para Holanda, “a esses presidentes impunham-se a escolha dos chefes políticos reputados hábeis para decidir o resultado dos pleitos nos colégios eleitorais, manobrar a seu jeito os postos da Guarda Nacional, conseguir, graças ao recrutamento forçado, o afastamento dos elementos contrários ou suspeitos à situação dominante”. (HOLANDA, 1997, p.9)

Hegemonia liberal

Em 1866-67 teve lugar a 12ª Legislatura da assembleia no Rio Grande do Sul. Nesse período, os liberais dominavam politicamente a província. Era um período muito sensível tanto no cenário militar, com derrotas que ameaçavam a Tríplice Aliança, como no aspecto político, com a oposição nas alturas. No Rio Grande do Sul, os liberais que já manifestavam abertamente oposição aos rumos e duração do conflito com o Paraguai, passaram a fazer fortes embates no parlamento. Estava em evidência, as reclamações de prejuízos econômicos decorrentes dos esforços de guerra impostos ao Rio Grande do Sul e voltava à tona a histórica questão da precariedade das vias terrestres e fluviais da província, por onde eles escoavam o gado e o charque até o porto de Rio Grande.

A condição viária do Rio Grande do Sul, tanto das estradas de terra, em constante estado de precariedade, como das vias fluviais, que não recebiam manutenção, continuaram, ao longo do conflito contra o Paraguai, e mesmo depois dele, sendo o principal gargalo das elites econômicas sulinas. Em 1866, José Bernardino da Cunha Bittencourt, deputado provincial, manifestou-se, em sessão da assembleia, sobre a remessa de produtos da indústria do charque para o Porto de Montevideu, em função da impossibilidade de se fazer pelo sangradouro Jaguarão, até Rio Grande. Segundo os dados do deputado, anualmente, nas charqueadas estabelecidas às margens do rio *Jaguarão*, *Chasqueiro*, *Sabolaty* e *Taquary*, no sul da província, eram abatidas 100 mil cabeças de gado. José Bernardino argumentara que, tendo aquela produção que ser remetida para o porto uruguaio, a província perdia divisas. (CARNEIRO, 2002, p.98)

Com o prolongamento do conflito, houve uma cisão no acordo tácito existente entre liberais sulistas e governo imperial. Para Mário Maestri: “Ainda que a guerra [contra o Paraguai] tenha se iniciado atendendo a reivindicações dos grandes proprietários rio-grandenses no Uruguai, não contaria com o apoio destes que não tinham terras nem, portanto, interesses naquelas regiões”. O historiador segue

afirmando que, provavelmente, o enfrentamento iniciado pela classe proprietária do Rio Grande do Sul à continuidade da Guerra se deveu ao fato de eles não possuírem “capitais suficientes para participarem da apropriação subsequente das riquezas do país”. (MAESTRI, 2010, p.201)

O setor econômico ligado à criação de gado e produção de charque continuou reclamando do governo imperial os privilégios com relação ao gado que mantinham no Uruguai. Em verdade, após a ascensão de Venâncio Flores ao poder, a política econômica oriental não alterou muito, em relação ao que vinha sendo praticado pelos brancos. Por isso, em 28 de novembro de 1866, na assembleia legislativa, os liberais apresentaram requerimento ao governo imperial cobrando posição contra o governo uruguaio, pelo fim da cobrança da contribuição direta paga na exportação de gado. O governo imperial temia novo conflito entre fazendeiros sulinos e governo uruguaio. Para o Império, não havia espaço para distrações; os militares rio-grandenses precisavam estar comprometidos com a questão mais importante, o Paraguai.

A guerra era prejudicial

O prolongamento do conflito contra o Paraguai era duplamente prejudicial à classe proprietária rio-grandense. Por um lado, muita força de trabalho fora sacada para empunhar armas, por outro, as enormes despesas dos países envolvidos no conflito, entre eles o Uruguai, os impedira de declinar de qualquer fonte de arrecadação. O governo uruguaio continuava cobrando impostos e os fazendeiros sulinos continuavam reclamando. Quase dois anos após a vitória sobre o Uruguai e nada mudara. Na assembleia legislativa, os liberais estavam divididos entre os que defendiam postura mais firme, de cobrança ao governo imperial e os que tentavam apaziguar, certamente temendo repressões do poder central. (MAESTRI, 2010, p.109)

Mas o momento era de agitação política. Alguns deputados provinciais mais radicais, nesse caso exclusivamente liberais, utilizavam amplamente o espaço das reuniões legislativas para denunciar a política imperial para com os adversários. Nessa época, as assembleias províncias funcionavam apenas dois meses por ano, por isso, era fundamental maximizar o uso daquele espaço. As denúncias liberais abrangiam amplamente a administração da província: a nomeação de oficiais e a formação de corpos da Guarda Nacional; a relação com a assembleia e a votação do orçamento da província.

Em 1866, Silvestre Nunes, deputado provincial do Partido Liberal, protestara veementemente contra as intervenções políticas do governo provincial no recrutamento e nomeação de oficiais da Guarda Nacional. Segundo ele, as perseguições políticas foram responsáveis pela invasão blanca à Jaguarão, em 1865. Ela estaria completamente desprotegida. É bom lembrar que, em toda a fronteira com o Uruguai, a Guarda Nacional era reduto liberal. As críticas no parlamento atingiam também a formação de corpos provisórios da Guarda Nacional, afastando assim, os oficiais adversários políticos que comandavam corpos fixos.

O orçamento da província era uma questão central para os deputados. Era através da sua votação que eles destinavam recursos públicos para lugares e atividades que desejassem. Esse momento era, quem sabe, o de maior manifestação de poder político do legislativo. Um dos poucos que ainda lhe restava. Aquela legislatura, a 12ª, era dominada pelos liberais históricos, já manifestando forte oposição à guerra contra o Paraguai. Para o governo imperial era temerário permitir que aquele setor continuasse a votar o orçamento, fortalecendo suas bases de apoio nas mais diversas regiões da província em especial na Campanha. Em novembro de 1866, em sessão da assembleia, Gaspar Silveira Martins, liderança liberal, acusou o governo de tolher o legislativo de suas atribuições e sugere que a população deixasse de pagar impostos.

Intervenção política

Em sessão do Conselho de Estado de 23 de agosto de 1866, ou seja, antes da batalha de Curupayty que destroçara parte do Exército Imperial, Pedro 2º levou à apreciação do conselho o seguinte: “1º Atenta a continuação da guerra com o Paraguai, e a necessidade de enviar para o Sul novos reforços, é, ou não, indispensável, que o Governo solicite das Câmaras autorização para o adiamento da próxima eleição de Deputados para o princípio do ano vindouro, em ordem a poder haver recrutamento até o fim de dezembro do corrente ano, se for preciso?”ⁱ A essa proposta, a maioria do conselho manifestou-se pela suspensão.

O Conselho de Estado, órgão consultivo do Poder Moderador, exclusivo do imperador, votou e por maioria simples dos presentes aprovou a suspensão das eleições nas províncias de Rio Grande e Mato Grosso. Na votação em questão estavam em discussão três propostas: “1º Atenta a continuação da guerra com o Paraguai, e a necessidade de enviar para o Sul novos reforços, é, ou não, indispensável, que o

Governo solicite das Câmaras autorização para o adiamento da próxima eleição de Deputados para o princípio do ano vindouro, em ordem a poder haver recrutamento até o fim de dezembro do corrente ano, se for preciso? “2º Em face da Resolução de 15 de junho deste ano, que manda vigorar a Lei nº 1.245, de 28 de junho de 1865, enquanto não for promulgada a Lei do Orçamento de 1866 a 67, cumpre pedir as Câmaras meios para ocorrer as despesas extraordinárias da guerra?” 3º Para conseguir as medidas a que se referem os quesitos antecedentes, assim como as concernentes do Banco do Brasil, convirá prorrogar a presente sessão da Assembleia Geral?” Por exigência do tema ora discutido levaremos em consideração apenas o primeiro quesito.

Nesse dia estiveram presentes e votaram na sessão do conselho de Estado os seguintes ministros: Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda), Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté), Francisco Jê Acaiaba de Montezuma (visconde de Jequitinhonha), Joaquim José Rodrigues Torres (visconde de Itaboraí), Candido José de Araújo Viana (visconde de Sapucaí), Eusébio de Queiroz Coutinho Matoso Câmara, José Antônio Pimenta Bueno, Bernardo de Sousa Franco, José Thomaz Nabuco de Araújo, José Maria da Silva Paranhos e Francisco de Sales Torres Homem.

O Conselho

Pedro de Araújo Lima, rico proprietário do nordeste brasileiro, ligado a produção açucareira. Teria pertencido ao partido Conservador até 1862, à Liga Progressista entre 1862 e 1864 e, finalmente filiou-se ao Partido Liberal em 1864 até 1870. Antônio Paulino de Abreu, advogado diplomata imperial, pertenceu ao Partido Conservador. Francisco Jê de Montezuma, jurista e advogado, ocupou o cargo de ministro plenipotenciário na Inglaterra, filiado ao partido Liberal, era abolicionista. Joaquim José Rodrigues Torres, do Partido Liberal, foi jornalista e político.

Candido José de Araújo Viana, desembargador e político, filiado ao Partido Conservador, tinha estreita relação com o Imperador. Eusébio de Queiroz, advogado e importante nome do Partido Conservador, sob seu governo foi estabelecida a lei que proibia o tráfico internacional de escravos para o Brasil (1850). José Antonio Pimenta Bueno, importante político do Partido Conservador, diplomata e advogado. Bernardo de Sousa Franco, nome de pouca expressão, apesar de ter sido nomeado presidente do Rio de janeiro em 1864-5, filiado ao partido Conservador. Nabuco de Araújo, pai do

historiador Joaquim Nabuco, figura destacada do partido Liberal, abolicionista de primeira hora.

Acompanhemos os votos de cada um dos conselheiros para transitarmos sobre os seus argumentos. Pedro Araújo Lima defendeu que:

Não há dúvida que, durante a guerra, a qual traz sempre a necessidade de novos reforços ao exército, não é conveniente se suspenda a recrutamento. Mas ocorre uma circunstância a que se deve atender. É convicção geral, e convicção bem fundada, de que a guerra está próxima de seu termo. Neste estado de causas solicitar da Assembleia Geral o adiamento das eleições a fim de se poder recrutar até o mês de dezembro, é o mesmo que dizer que a guerra há de continuar ainda por um ano; porque só daqui a um ano poderão servir na guerra os recrutas de novembro e dezembro. Isto vai desalentar todos os ânimos, e fazer desesperar do sucesso de nossas armas. Dentro em pouco tempo teremos notícias do teatro da guerra. Se elas forem favoráveis, como tudo induz a crer, não será necessária a medida de que se trata; e então dir-se-á que isto não passa de um manejo para adiar as eleições a fim de que estas se façam em um certo sentido. E se forem desfavoráveis, o Governo providenciará coma as circunstâncias exigirem. Entendo pois que ainda não é ocasião de se tratar deste objeto.ⁱⁱ

Naquele momento, com quase dois anos de conflito contra o Paraguai, havia uma grande expectativa no Império pelo seu fim. No Rio de Janeiro, não era incomum que a simples notícia de que embarcação conduzindo correspondência da região do conflito se aproximava, causasse a corrida de populares ao porto na esperança de que a guerra tivesse acabado. Nesse sentido, o argumento do marquês de Olinda é compreensível. A guerra, no entanto, demoraria a ser encerrada.

Não deveria suspender

Já Antônio Paulino, visconde de Abaeté votou da seguinte forma:

[...] além da medida de adiar-se a próxima eleição de Deputados para o princípio do ano vindouro em ordem a poder haver recrutamento até o fim do corrente ano, se for preciso, há também o meio de fazer-se a eleição no tempo marcado na Lei de 19 de agosto de 1946, revogando-se, por motivo de guerra e consequente necessidade de recrutar, a disposição do artigo 108 da mesma lei, que suspende o recrutamento em todo o Império por três meses, a, saber, nos sessenta dias anteriores, e nos trinta posteriores ao dia da eleição primária. Preferia que se solicitasse da Assembleia Geral antes esta do que a outra medida, e os motivos em que me fundo são os seguintes: 1º Por que não se pode asseverar que até o fim de dezembro do corrente ano tenha terminado a guerra, e cassado a necessidade do recrutamento em maior, ou menor escala, e neste caso ou subsistirá a mesma razão do adiamento, ou terá de fazer-se a eleição, sem embargo de não se suspender o recrutamento: 2º Porque não julgo o, eleição incompatível com o exercício do direito que tem o Governo de recrutar, provendo à segurança e defesa da Império. Os abusos, e não o uso prudente e discreto do recrutamento é que intimidam e devem evitar-se. Estou certo que o Governo não deixaria de evitá-lo": 3º Porque noutras paízes livres o Governo não fica privado de um direito como este, ou de outro qualquer pelos abusos que no exercício dele podem cometer-se.

Prosseguiu:

Nos Estados Unidos procedeu-se a eleições no tempo da guerra civil, e o cidadão A Lincoln foi reeleito presidente: 4º Porque no Brasil procede-se a algumas eleições, como de Câmaras Municipais e Juízes de Paz, sem que a lei mande nestes casos suspender o recrutamento. É certo que em 1860 já se adiou a eleição primária do 1º domingo de novembro, em que devia ter lugar para o último domingo de dezembro, em virtude da disposição do artigo 1º, § 16, da, Lei nº 1.082, de 18 de agosto de 1860. Isto não obstante, no caso de que se trata, sou de opinião que se solicite, antes da assembleia Geral, a suspensão da disposição do artigo 108 da Lei de 18 de agosto de 1846 para prevenir, ou uma contradição, e um perigo para o Império, se a guerra continuar e ainda, for preciso recrutar no princípio do ano futuro, o que aliás não se poderá fazer por causa da eleição, ou a impossibilidade de se reunir a assembleia Geral no dia, 3 de maio desse ano por não ter havido eleição em tempo conveniente o que seria o maio do males.ⁱⁱⁱ

Abaeté, além de votar contrário ao encaminhamento à Câmara o tema da suspensão das eleições propôs alternativa. Para ele, era razoável utilizar-se de legislação já existente que previa o cessamento do recrutamento por prazo de 90 dias, sessenta antes e trinta depois das eleições. Vê-se que o grande tema aí é garantir o envio de homens à guerra sem golpear as eleições, meio pelo qual os partidos e indivíduos se perpetuavam no poder. O conselheiro Francisco de Montezuma, visconde de Jequitinhonha, declarou estar de acordo com o marquês de Olinda.

Torres Homem, por sua vez votou pela suspensão das eleições. Ele seria favorável a que se evitasse o recrutamento, utilizando-se apenas a Guarda Nacional, mas que não sendo aquilo objeto da consulta, pensava ser “indispensável o adiamento autorizado da eleição, ponderando que seriam incompatíveis as violências inerentes ao atual sistema de el-recrutamento, e o livre exercício do direito eleitoral, como a experiência o mostrou sobejamente.” Na mesma linha de raciocínio, Eusébio de Queiróz votou pela suspensão, pois, havendo a necessidade do recrutamento e sendo ele impossível coexistir com eleições “sem graves inconvenientes, e perigo da liberdade do voto.”^{iv} As irregularidades eleitorais, usando-se inclusive do recrutamento forçado contra aliados e amigos de adversários políticos era tão banalizada que o assunto era referência para o voto.

O conselheiro Cândido de Araújo Viana, visconde de Sapucaí, votou concordando com Eusébio de Queiróz. Joaquim José Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí, votou acompanhando seus precedentes, pelo adiamento das eleições “e se peça também a modificação ou a suspensão do art. 108 da lei regulamentar das eleições para o caso da necessidade do recrutamento além de dezembro.”^v

Ainda demoraria

Pimenta Bueno votou positivamente pela suspensão das eleições, pela necessidade de homens que o governo teria para fazer frente a forte resistência paraguaia. Nesse sentido, ele discordava das avaliações de que o fim da guerra estava próximo. Discordava também da coexistência de eleições e recrutamento, pois “Os votantes ou não compareceriam, ou poderiam ser recrutados no entrar ou sair da Igreja. Seriam eleições tais que o próprio Governo não poderia dirigir no sentido da Lei, nem em qualquer pensamento político. As autoridades policiais armadas do arbítrio do recrutamento fariam o que quisessem no interesse do partido a que pertencessem.”^{vi}

Já Bernardo de Sousa Franco não via impeditivo para que houvesse eleições, portanto votava contrário a suspensão. Segundo ele, “se o recrutamento pode trazer abusos, que para evitar convenha não fazer a eleição, estes abusos serão tanto maiores, se continuada a guerra além de dezembro tiver de se fazer a eleição, e recrutar ao mesmo tempo com mais vigor.”

É bastante evidente o desconforto da maioria dos conselheiros, que possuíam ligações e partidárias e, por isso, interesse no tema, com a manutenção das eleições em período de recrutamento. José Maria da Silva Paranhos foi favorável à suspensão propondo que o recrutamento era vital à causa imperial e que não podia considerar livres “eleições feitas sob a ação do recrutamento; não só pelos abusos que na prática se tem observado da parte dos recrutadores, mesmo em épocas ordinárias (e as nossas circunstâncias atuais são bem extraordinária.) mas também porque o próprio Legislador do Brasil julgou indispensável aquela garantia, não reputando compatível a liberdade da eleição com o recrutamento.”^{vii} José Thomaz Nabuco de Araújo fez coro aos seus antecessores concordando com a suspensão e propondo que “Que o país tem necessidade de uma eleição livre, mas é impossível uma eleição livre sob a ameaça do recrutamento, e ainda mais estando pendentes as designações da Guarda Nacional, que se ressentem de espírito de partido.”^{viii}

Em 15 de dezembro de 1866, o tema do adiamento das eleições novamente esteve em discussão no Conselho de Estado. Nesse particular, somente nas províncias do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso se pretendia postergar as eleições de deputados da assembleia geral. As opiniões sobre esse assunto foram bastante destoantes. Por um lado, conselheiros defendiam a suspensão das eleições em ambas as províncias. Já outros, apesar de defenderem o mesmo, acreditavam que o governo deveria estender o

cancelamento das eleições para outras províncias que igualmente forneciam muitos homens para a guerra. Defendia-se ainda que o governo devesse esforçar-se no sentido de garantir mudança na lei eleitoral que obrigava o fim recrutamento sessenta dias antes das eleições.

A margem dessa discussão fica claro nos discursos dos conselheiros os vícios da política imperial. O espaço político era disputado palmo a palmo pelos principais partidos e, para ganhar as eleições valia tudo. Era evidente em alguns discursos a preocupação com a desigualdade de forças que o recrutamento forçado poderia causar no ambiente político local. Apenas quatro dias após aquela consulta, o governo imperial publicou decreto de suspensão das eleições somente no Rio Grande do Sul. Isso evidencia que a questão era essencialmente política. Tratava-se de uma política de contenção dos ânimos liberais na província.

Suspensão das eleições

A crescente oposição liberal fizera o governo central intervir na província. Em 15 de dezembro de 1866, nem um mês após o pronunciamento de Silveira Martins, o Conselho de Estado deu aval ao governo central para suspender as eleições no Rio Grande do Sul. Quatro dias depois, foi publicado o decreto nº 3754 que suspendeu as eleições na província, enquanto durasse o conflito:

Manda adiar para depois de terminada a guerra, na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, a eleição de Deputados á Assembleia Geral. Estando a organizar-se, na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, um terceiro corpo de exército que, sob o mando do Marques de Caxias, juntamente com as forças que já existem em território paraguaio, ataque o inimigo; Hei por bem, ouvido o Conselho de Estado pleno, adiar, naquela Província, a eleição de Deputados á Assembleia Geral, para depois de terminada a guerra, se o contrário não for resolvido pela referida Assembleia. (BRASIL, 1866)

Medida desproporcional que não fora tomada para nenhuma outra província, nem mesmo para o Mato Grosso, também alvo da consulta no Conselho de Estado e onde as tropas paraguaias ainda permaneciam, no sul da província. Essa medida se insere no contexto da reorganização político-administrativa e militar empreendida pelo governo imperial para enfrentar as dificuldades criadas pela vitória paraguaia sobre exércitos aliancistas, em 22 de setembro de 1866, em Curupaty. O governo que já havia consultado o conselho sobre a possibilidade de suspender as eleições em todo o

Império, preferiu atacar onde os recursos humanos para a continuidade da guerra eram maiores, o Rio Grande.

Além da mudança no comando do Ministério da Guerra, coma ascensão do visconde de Paranaguá, o governo imperial nomeou, em 10 de outubro, o marquês de Caxias para o comando de todas as forças imperiais no Paraguai e, em 18 do mesmo mês, o general Osório para comandante interino das armas no Rio Grande do Sul, posto chave para a formação do 3º Exército. O cancelamento das eleições e a nomeação de um novo presidente para o Rio Grande do Sul – Homem de Mello - seriam, se não uma exigência, uma contundente sugestão do marquês de Caxias ao aceitar assumir o cargo.^{ix}

Em correspondência a Osório, Caxias confessou seu empenho na suspensão das eleições no Rio Grande do Sul.

Antes de partir da Corte, tratei com o Ministro que se expediria logo as ordens a essa província, não só para se suspenderem as eleições, como para que nenhum impedimento tivesse V. Ex. em reunir gente; mas apenas voltei as costas, dormiram todos, e só foi a ordem para a suspensão das malditas eleições, depois dos trabalhos eleitorais e intrigas, a eles anexas, terem produzido o seu efeito; deixando na presidência da Província essa nulidade administrativa, que a estava regendo, a reboque dos cabalistas, como vice-presidente. (OSÓRIO; OSÓRIO, 1894, p.322)

Subiu o tom das críticas

Na Assembleia, o tom das críticas aumentava à medida que o tempo passava. O governo provincial criou impostos que durariam enquanto permanecesse a guerra, sem a apreciação da assembleia. Isso irritara ainda mais os liberais. Felipe Nery era da agremiação que suspendera as eleições no Rio Grande do Sul, o Partido Liberal Progressista, mas desde 1864, ele se destacou como um dos principais porta-voz dos estancieiros sulistas, na Câmara provisória. Com isso, ele aproximou-se bastante de Antônio de Souza Neto, na mesma medida em que se afastava de seu partido.

Nery, nascido em Montevidéu, em 1820, filho de oficial português em missão naquela cidade, era coronel do Exército Imperial; na juventude havia lutado ao lado dos legalistas, na Revolução Farroupilha. Durante o conflito contra o Paraguai, chegou a exercer a função de “encarregado do movimento do pessoal e material dos Exércitos em campanha”, em Montevidéu, até maio de 1866.^x Mais tarde, partira para o teatro de operações no Paraguai, onde morreria, em 1869. Na 12ª legislatura provincial, a última antes da suspensão, em que Felipe Nery era deputado, ele foi um profundo contestador das medidas centralistas contra a província.

A resposta de setores liberais não foi bem de conformidade, mas de contragolpe. Usavam o que tinham politicamente, as sessões da assembleia legislativa. Em setembro de 1867, com o decreto da suspensão eleitoral já publicado, com o 3º Corpo do Exército já organizado em marcha ao Paraguai e, por conta disso, a província desguarnecida e com muitos setores produtivos relacionados à criação de gado e produção de charque queixando-se da falta de força de trabalho, instalou-se a assembleia legislativa pra seus últimos meses de trabalho. Naquele momento, a suspensão das eleições dominava a pauta. O mesmo não ocorrera na câmara geral, visto ela ser dominada por deputados governistas. Naquele parlamento, pouco ou nada se falou sobre a suspensão das eleições na província mais meridional do Império.

Sem eleições, a província não teria representação na câmara provisória. Com isso, a questão dos tributos e dos investimentos para o Rio Grande estavam indefinidos. Novamente voltava à tona a radical proposição de que na província não se pagasse impostos. Quem propusera, naquele momento, fora Felipe Nery, cada vez mais radicalizado. Estava claro nos discursos dos deputados liberais o descontentamento com a guerra e com os sacrifícios desproporcionais que o Rio Grande do Sul era obrigado a passar. (CARNEIRO, 2002, p.167)

Felipe Nery representava um setor que se achava injustiçado pelo governo. Eles contestavam os sacrifícios devidos pelo Rio Grande do Sul, em especial no enorme número de recrutados, em comparação com outras províncias mais populosas, como Minas Gerais, que contribuíam proporcionalmente menos que o sul. No campo político, a grande insatisfação liberal era de que, mesmo já tendo sido organizado o 3º Exército no Rio Grande do Sul – justificativa do governo central para suspender as eleições – os direitos políticos-eleitorais da província continuavam cassados e a província em estado de guerra. Nesse então, uma parcela dos liberais com cadeira na assembleia ameaçava agir de forma mais radical não se restringindo aos recursos político-administrativos da institucionalidade. O clima ficara tenso. Os partidários de oposição, tanto na província, como no centro do Império, aproveitaram para voltar a carga contra os liberais a quem acusavam de separatistas.

Suspensão de impostos

Na sessão de 23 de setembro de 1867, Felipe Nery voltou a defender a suspensão dos impostos provinciais. Com isso, ele buscava criar um caos e atribuí-lo à

forma como o governo tratava o Rio Grande do Sul. A suspensão dos impostos chegou a ser uma proposta legislativa de Felipe Nery. Numa assembleia dominada pelos liberais, a proposta do deputado foi, surpreendentemente, logo sufocada. Os liberais, ao mesmo tempo em que desejavam o fim da guerra, sabiam que se a aliança perdesse o conflito, o Rio Grande do Sul – mais especificamente os seus interesses - sofreria consequências terríveis. Eles temiam a eclosão de novas revoltas nos países vizinhos, por isso, as monitoravam. (CARNEIRO, 2002, p.179)

A intervenção na província produziu efeitos políticos negativos ao Partido Liberal. Em 1868, em função da suspensão das eleições, não houve reunião da assembleia legislativa no Rio Grande do Sul, apesar do crescimento dos protestos. Nesse ano também, os progressistas deram lugar aos conservadores puros no gabinete imperial. Antes disso, o governo central, vislumbrando uma vitória conservadora nas eleições seguintes, suspendeu o decreto e voltou a haver eleições. Os liberais pagaram um preço caro por sua oposição à continuidade da guerra. Em 1869, ano em que a assembleia legislativa voltou a se reunir, ela estava completamente dominada pelos conservadores. O afastamento liberal dos espaços de poder durante a suspensão das eleições fora decisivo para a vitória conservadora, que durou duas eleições, até 1872. (QUEVEDO, 2003, p.50) Depois disso, o Partido Liberal, que havia sido soberano desde 1859, foi novamente hegemônico na província. (QUEVEDO, 2003, p.48)

Segundo Newton Carneiro, desde o início da guerra, os liberais rio-grandenses afirmavam que ela “não lhes dizia respeito, que nela não tinham interesses a defender, que ela havia desorganizado a produção e a indústria locais, retirando destas milhares de rio-grandenses, e que a província do Rio Grande do Sul era a mais sacrificada, fornecendo ao Exército o dobro de homens que as outras províncias juntas”. (CARNEIRO, 2000, p.163)

As insatisfações políticas dos proprietários rio-grandenses não se restringiram à Assembleia provincial. Deputados sulistas na Câmara provisória tentaram, em vão, buscar apoio para causa do Rio Grande. O cerne da questão e onde todos os debates desembocavam diz respeito ao “sacrifício” que a província fazia para sustentar a guerra. Nos discursos políticos era nítida a insatisfação da classe proprietária, representada pelos liberais, com relação ao prolongamento da guerra e os custos para a província. Em 1867, Felipe Nery discursava nos seguintes termos:

[...] porém já antes desse [fato] tínhamos sido vítimas de outro atentado contra nossos direitos mais sagrados, quando com desconhecimento de todas as regras da justiça, e das prescrições constitucionais nos impuseram um ônus militar excessivo, indébito; quando fazendo-se uma derrama proporcional pelas outras províncias, mandava-se-nos, a nós, a província do Rio Grande, que levantássemos inda mais um Exército, um Exército inteiro, sem limitação de força, sem consideração as de nossas população e indústria, sem atenção as que já tínhamos sacrificado no altar da pátria. (CARNEIRO, 2000, p.168)

Injustiçados

A forçosa contribuição da província do Rio Grande com um exército inteiro (3º Exército) para a continuação da guerra contra o Paraguai acirraria ainda mais os ânimos entre proprietários rio-grandenses, do partido Liberal e o governo imperial. Além de contribuir com homens, desfalcando de mão de obra e guarnição a província, tinha a ameaça que vinha do Uruguai. Nesse contexto tropas orientais foram dispensadas do campo de batalha. De volta aos pampas uruguaios, boa parte deles, *blancos*, aderiram aos rebeldes que eram contra a guerra e causavam temor aos proprietários sulistas.

Nos jornais de inspiração Liberal editado e publicados no Rio Grande do Sul, seriam constantes as manifestações de descontentamento com o esforço de guerra exigido daquela província pelo governo imperial. (MAESTRI, 2018, p.202-203) As mesmas reclamações observadas nas discussões da Assembleia Legislativa da perseguição política sobre a província seriam manifestas nos jornais. O jornal *A sentinela* que iniciou suas publicações em 1867, mesmo ano do aprofundamento da crise entre os liberais sulistas e o governo. Nas duas imagens abaixo se vê exatamente o ponto da crítica Liberal, ou seja o esforço de guerra exigido da província, que gera prejuízo econômicos, a privação social, ou mesmo a morte e, sem dúvida, o que mais incendiou as críticas foi a privação política, representada pela suspensão das eleições para a Câmara dos deputados e Assembleia provincial.

A comparação proposta pelo jornal, com a província de Minas Gerais, se dá em três aspectos da vida em ambas as províncias. “Na guerra”, representa o rio-grandenses no campo de batalha e mineiro não aparecem, apenas um ponto de interrogação. “Na política”, a ordem se inverte, enquanto par ao Rio Grande figura uma interrogação devido ao cancelamento das eleições, no caso mineiro foram representados políticos em plena atividade. E, por último, como uma consequência das duas anteriores, “no lar”, enquanto os rio-grandenses foram representados velando uma pessoa, provavelmente morta em batalha, em Minas Gerais apresenta-se em uma festa. De fato, o

descontentamento da classe proprietária sul-rio-grandense, representada nas páginas do jornal *A Sentinela*, não é a província de Minas em si, mas a organização político-econômica do Império que exigia de umas províncias, como o Rio Grande mais do que outras, como Minas.

Acompanha as imagens o texto que exprime o real sentimento que as motivaram: “Dizimados pelo tributo de sangue que pagam em tão longa escala; repelidos do seio da representação nacional, os rio-grandenses não esquecem um só momento os seus deveres de brasileiros e cidadãos”.^{xi}

Quem tem medo da revolução

Os ânimos se acirraram a ponto de ser possível uma guerra interna ao passo que ocorria outra no exterior. Na Câmara dos deputados, Felipe Nery defendia a revolução para solucionar tal impasse. Afirmava: “Quem tiver medo da revolução, quem não lhe quiser afrontar o espectro, diga-nos a todos que nos caemos, que soframoss impassíveis a ofensa que se nos fez...” (CARNEIRO, 2000, p.175)

A política imperial para a região platina e, sobretudo, para o Uruguai, na última década antes da Guerra contra o Paraguai, foi, realmente de não interferência, e de alegação de neutralidade. Sem dúvida, os interesses do Império para garantir a hegemonia na parte meridional do continente americano passavam pela resolução dos problemas de fronteira e navegação na região platina, sobretudo quanto ao rio Paraguai e com o país homônimo. Por praticamente uma década desde a última intervenção imperial no Uruguai, em 1854, os governos imperiais se eximiram de participar das contendas daquele país. Rejeitavam inclusive as insistentes reivindicações dos fazendeiros do Rio Grande do Sul por intervenção. Para o “Império, não era interessante as atividades que os rio-grandenses desenvolviam junto à fronteira com o Uruguai”. (CARNEIRO, 2000, p.101)

A não interferência do governo imperial nas pendências dos fazendeiros sulistas não significava falta de interesse. O governo imperial fazia jogo duplo, orientava institucionalmente, através dos ministros de Estado e presidentes da província, que o Império não compactuava com as ingerências dos súditos imperiais no Uruguai, porém, essa instabilidade criada ou alimentada pelos criadores/charqueadores do Rio Grande do Sul, beneficiava a macro política do Império na região.

Referências

- BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3754-19-dezembro-1866-554565-publicacaooriginal-73206-pe.html> Acesso em 31 de jul/2017.
- CALÓGERAS, J. Pandiá. Formação Histórica do Brasil. 5ªed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s/d.
- CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio grande do Sul*. Porto Alegre, Edipucrs:2000.
- GOLIN, Tau. *A fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2002, v.1, Introdução: A fronteira como centralidade entre a região e a nação.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História da civilização brasileira: O Brasil monárquico*. Tomo II. Do Império à República. Bertrand Brasil, 1997
- IGLESIAS, Francisco. [PREFÁCIO]. ATAS do Conselho de Estado Pleno: Terceiro Conselho de Estado, 1865-1867.p.3. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS6-Terceiro Conselho de Estado 1865-1867.pdf>. Acesso em jun 2020.
- MAESTRI, Mário. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: EdUPF, 2010.
- MAESTRI, Mário. *Guerra sin fin: la Triple Alianza contra el Paraguay la campaña defensiva - 1866-1870*. Ensayo de interpretación del Conflicto Sudamericano de 1864-70. Asunción: Intercontinental, 2018.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul: a trajetória do parlamento gaúcho*. Porto Alegre: Assembleia Legislativad o Rio Grande do Sul, 1992
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A política rio-grandense no Império. Em: GONZAGA, Sergius (Orgs). *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *A política Rio-grandense no II Império (1868-1882)*. Porto Alegre: Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul.
- QUEVEDO, Júlio. *História Compacta do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 2003.

Submetido em: 13/05/2020

Aprovado em: 22/06/2020

Publicado: 01/10/2020

* Universidade de Passo Fundo, Brasil

ⁱ ATAS do Conselho de Estado Pleno. Terceiro Conselho de Estado, 1865-1867.p.35.

ⁱⁱ Id.ib.,p.35.

ⁱⁱⁱ Id.ib.,

^{iv} Id.ib.,

^v Id.ib.,

^{vi} Id.ib.,

^{vii} Id.ib.,

^{viii} Id.ib.,

^{ix} HOMEM DE MELO, Francisco Ignácio Marcondes. Correspondência a Manuel Luís Osório. Rio

Grande, 16 de janeiro de 1867.

^x ANRJ - Ministério da Guerra. Notação do documento: OG Códice 547, Volume 9. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

^{xi} A SENTINELA, jornal. Porto Alegre, 1867. Ano 1, nº 1. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=758167&PagFis=0>. Acesso em abr.2016.